

## Moção 63

# ***Combater a desinformação, transformar a comunicação social***

A desinformação é uma das maiores ameaças à democracia atualmente. Campanhas coordenadas de manipulação, conteúdos inteiros gerados por inteligência artificial e modelos de negócio assentes na economia da atenção corroem a confiança pública, fragilizam o debate democrático e abrem caminho à extrema-direita e a projetos políticos anti-democráticos. Em paralelo, o jornalismo independente atravessa uma grave crise de sustentabilidade que se reflete no esvaziamento de redações, na precariedade dos profissionais e na constituição de desertos noticiosos no país.

Não é possível fazer avançar o progressismo em Portugal e a ecologia política sem informação livre, nem tão pouco é possível preservar a democracia sem a promoção do pensamento crítico nos cidadãos e na distribuição de informação credível e isenta. Defender o setor da comunicação social e o jornalismo - plural, rigoroso e sustentável - é defender a democracia.

A concentração da propriedade dos media, a dependência em receitas publicitárias capturadas por plataformas digitais e redes sociais, o desinvestimento no serviço público e a ausência de regulação eficaz convergem num cenário de fragilidade. A isso, soma-se um défice estrutural de literacia política e mediática, que deixa a população exposta à manipulação. Nesse sentido, exige-se ao LIVRE e à esquerda um compromisso firme com a proteção do pluralismo e da democracia, através do apoio concreto ao setor da comunicação social, e da responsabilização das plataformas.

A presente moção tem como objetivo afirmar a defesa inequívoca da liberdade de expressão e de informação e da democracia e o combate à desinformação, rejeitando soluções que entreguem a plataformas digitais, privadas ou políticas, o poder de decidir o que é verdade ou não.

Assim, a presente moção propõe:

1. Um compromisso claro com o jornalismo independente que se pode refletir na proposta de um **Fundo Público para o Jornalismo Independente**, dotado de autonomia face ao poder político e atribuído por critérios objetivos de interesse público, pluralismo e combate aos desertos informativos, com discriminação positiva para meios de comunicação social local e regional e para projetos cooperativos sem fins lucrativos.
2. Um **compromisso inequívoco com o serviço público de informação**, motivando a garantia de um financiamento plurianual estável à RTP e à LUSA e a blindagem da nomeação dos seus órgãos face a conjunturas políticas, reforçando a sua independência, a informação rigorosa e a programação cultural e cobertura de proximidade.

3. Promover a **justa remuneração da comunicação social pela utilização dos seus conteúdos no treino de sistemas de inteligência artificial (IA)**, à semelhança do que acontece em vários países europeus e **ao contrário do que sucede com o modelo português Amália**.
4. Exigir, no seio nacional e com os nossos parceiros europeus, a criação de um regime que obrigue as empresas de IA a remunerar os órgãos de comunicação social registados e os jornalistas pela utilização das suas notícias, reportagens e arquivos no treino de modelos de IA.
5. Promover um **reforço da atividade regulatória da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)** no sentido de um combate efetivo à desinformação, com o objetivo de a impedir a sua produção, circulação e difusão.
6. A criação de uma **Estratégia Nacional de Combate à Desinformação Política**, que crie linhas claras para a divulgação de informação por partidos e agentes políticos, mas também pelos órgãos de comunicação social (OCS) detidos por estes, em conteúdo tido como noticioso, sondagens ou conteúdo de propaganda política. Defender, em sede nacional e em conjunto com os nossos parceiros europeus, a **tributação justa das plataformas** e consequente redistribuição para o jornalismo, permitindo uma remuneração justa dos conteúdos jornalísticos por elas utilizados, revertendo essas receitas para o financiamento do jornalismo de interesse público e sem fins lucrativos.
7. Continuar a defender, na Assembleia da República, a **regulação da identificação de conteúdos não-reais**, exigindo a marcação ilegível de conteúdos gerados ou manipulados por inteligência artificial, em especial em contexto eleitoral, e reforçar os mecanismos de resposta rápida a campanhas de desinformação durante períodos eleitorais.
8. **Combater a precariedade no jornalismo**, reforçando o estatuto e a proteção dos jornalistas, designadamente intervindo na transposição da diretiva europeia de proteção de jornalistas contra processos judiciais abusivos destinados a silenciar o escrutínio (anti-SLAPP).
9. Que o LIVRE lidere sempre pelo exemplo no combate à desinformação usada por partidos políticos, **adotando para si todas as normas de transparência, fontes e contexto no conteúdo**, mas também com regras claras de responsabilização que queremos aplicadas à desinformação (como o reconhecimento obrigatório do erro, direitos de resposta, entre outros), mesmo em casos de partilha acidental de informação incorreta.

**Proponentes**

- André Tenente
- André Dias

**Subscritores**

- Filipa Pinto
- Jorge Pinto
- Nurin Mirzan
- Tomás Cardoso Pereira
- Mafalda Dâmaso
- Hélder Sousa
- Sara Paralta
- Pedro Gonçalves

- 
- Ana Natário
  - Gonçalo Mano
  - Joana Goldschmidt